

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

REQUERIMENTO Nº , DE 2025

(Do Sr. YURY DO PAREDÃO)

Requer realização de Audiência Pública para discutir sobre a falta de energia elétrica nos municípios brasileiros, principalmente em época de chuvas, e da segurança de fornecimento de energia elétrica aos consumidores brasileiros.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de reunião de audiência pública, no âmbito desta comissão, para debater a respeito da falta de energia elétrica nos municípios brasileiros, principalmente em época de chuvas, e da segurança de fornecimento de energia elétrica aos consumidores brasileiros, contando com a participação dos seguintes convidados:

- Secretário Nacional de Energia Elétrica, Sr. Gentil Nogueira de Sá Júnior – MME;
- Representante da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL);
- Representante da ENEL São Paulo;
- Representante da ENEL Rio de Janeiro;
- Representante da ENEL Ceará;
- Representante do Conselho de Consumidores da ENEL São Paulo;
- Representante do Conselho de Consumidores da Enel Distribuição Rio;



- Representante do Conselho de Consumidores da Enel Distribuição Ceará;
- Representante da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE).

JUSTIFICAÇÃO

A falta de energia elétrica nos municípios brasileiros impõe diversos prejuízos às famílias e à economia. Durante esses períodos, as famílias sofrem com perdas de eletrodomésticos e de alimentos que dependem de refrigeração para armazenamento; serviços essenciais como hospitais, abastecimento de água e educação ficam comprometidos; o comércio e a indústria enfrentam paralisação de atividades produtivas e perdas de estoque; entre diversas outras consequências danosas. Essas situações nocivas se potencializam em períodos com condições climáticas extremas como fortes chuvas e vendavais que derrubam árvores e objetos sobre os cabos da rede de distribuição e severas secas que ampliam a probabilidade de queimadas que atingem as redes de distribuição e as linhas de transmissão de energia elétrica.

Nesse contexto, a intensificação dos efeitos das mudanças climáticas impõe desafios ao setor elétrico. Diante dessa realidade, um dos temas mais estudados no setor elétrico brasileiro é a resiliência de redes. Portanto, torna-se imperativo promover um debate público qualificado sobre as medidas adotadas pelas distribuidoras de energia elétrica para tornar as redes de distribuição mais resilientes para proteger tanto a população quanto a infraestrutura econômica do país.

Grande parte da infraestrutura elétrica brasileira foi concebida sob premissas que não contemplavam os impactos climáticos extremos que conhecemos hoje. Por sua vez, novas soluções para garantia da robustez das redes elétricas passam pela revisão de padrões técnicos, operacionais e regulatórios. Por isso, é necessário incorporar ao planejamento, à operação dos sistemas de distribuição e à regulação setorial uma nova perspectiva



direcionada à adaptação às mudanças climáticas com vistas à garantia da segurança eletroenergética para os consumidores.

Essa adaptação passa pela consideração de cenários climáticos projetados para as próximas décadas para guiar investimentos no segmento de distribuição de energia elétrica, bem como por transformações tecnológicas que influenciam o setor elétrico, como a expansão das fontes renováveis distribuídas e o aumento da digitalização das redes. Igualmente, a operação dos sistemas de distribuição precisa incorporar medidas que ampliem sua capacidade de resposta a emergências, como a automação de sistemas, o uso de tecnologias de monitoramento em tempo real e a capacitação contínua das equipes operacionais. A integração entre planejamento e operação é fundamental para antecipar riscos, otimizar recursos e garantir a segurança energética de forma sustentável.

Por fim, destaca-se que a Audiência Pública permitirá um espaço para esclarecimentos e discussões ao lado de representantes do poder público, concessionárias, permissionárias, técnicos e a sociedade civil, que possibilitará a identificação de soluções e propostas de medidas efetivas de fiscalização, ordenamento e responsabilização.

Ante o exposto, solicitamos apoio dos Nobres Pares para o sucesso desta iniciativa.

Sala da Comissão, em de de 2025.

YURY DO PAREDÃO
DEPUTADO FEDERAL – MDB/CE

